TL 1917

PLANO INTERCALAR DE FORMAÇÃO
1994/95 E 1995/96

INTRODUÇÃO:

A experiencia de acompanhamento dos estudantes timorenses chegados a Portugal nos ultimos dois anos, por parte de pessoas e ONG's que têm juntado esforços no sentido de proporcionar o seu acesso pleno ao sistema educativo portugues, bem como o balanço conjunto com estudantes que terminaram com êxito o percurso académico, leva a clarificação das enormes dificuldades com que estes estudantes se defrontam para operar a transição entre dois sistemas educativos estruturados com base em concepções didácticas muito distintas e mesmo, no que toca às aptidões que se exigem aos formandos, frequentemente opostas.

Estas dificuldades, no seu conjunto, geram novo tipo de obstáculos ao aproveitamento integral das oportunidades que em Portugal estamos em condições de proporcionar, dada a frustração resultante, bem como a interiorização de um sentimento de inferiorização intelectual provocada pelo desperdício e inutilização dos conhecimentos anteriormente adquiridos, que não são mobilizados para a apropriação de novos conhecimentos e aptidões, e ainda o entorse de opções por cursos e materias ditas "mais fáceis" em detrimento de carreiras já definidas antes de chegarem ao nosso país, agora bruscamente desfeitas, obrigando a refazer o percurso pedagogico desde o inicio E conduzem também à perda do estatuto de bolseiros universitários, por falta de aproveitamento escolar, com a interrupção dos estudos. O problema reveste-se de proporções tanto mais graves quanto, nos últimos anos, e desde o massacre de Santa Cruz, os recém-chegados são maioritáriamente jovens entre os 18 e os 30 anos de idade, estudantes, com habilitações que vão dos anos terminais do ciclo complementar do ensino secundário à frequência, às vezes quase completa, de cursos universitários.

O problema do desconhecimento da Lingua Portuguesa é obviamente um problema maior, mas que está longe de ser o único impeditivo do sucesso escolar, e não é por isso o objecto central do presente texto. Os sinais de que, no presente momento (fim de Dezembro de 1974), o Ministério da Educação se decide finalmente a assumir o ensino inicial da Lingua Portuguesa como obrigação do Estado para com os cidadãos portugueses chegados de Timor, fazem com que as atenções daqueles que os acompanham à chegada se

voltem agora para a fase imediatamente a seguir.

Continua a não haver a definição por parte do Estado de qualquer plano global, ou sequer de medidas avulsas, com vista à preparação do futuro, e ao acabamento do processo de descolonização, de modo a dotar o território de quadros médios e superiores necessários à gestão dos recursos de Timor Leste.

Os esforços desenvolvidos pela sociedade civil têm-se centrado, no ultimo ano, quanto a esta matéria, na tentativa de criar uma "carteira de bolsas" que permitam aqueles que se encontram em situação, prosseguir estudos universitários. Nesta linha, não se fez mais do que aprofundar e secundar os esforços desenvolvidos pelos proprios estudantes universitários e pré-universitários timorenses, bem como dos representantes do Conselho Nacional de Resistência Maubere (C.N.R.M.).

Mas as dificuldades dos primeiros anos, o grau de esforço por vezes intoleravel que lhes é exigido para dominar as matérias da fase final do ensino secundário (complementar) e anos iniciais dos cursos superiores, aconselham fortemente a prolongar, ou a reforçar, o periodo de transição entre o sistema de estudos indonésios e o português. Nesse sentido se têm aliás orientado outras ONG's, relativamente a estudantes que transitam de sistemas de ensino não europeus, de que os oriundos dos PALOP's são um exemplo bem conhecido dos docentes que com eles lidam nos primeiros anos da universidade.

Daí que, aproveitando o facto de os 29 jovens chegados a Portugal em 25 de Novembro de 1994 constituirem por si sós um grupo de dimensões adequadas (25 são estudantes universitários), a que se poderão juntar parte dos 9 estudantes entrados a 31 de Dezembro de 1993, e pelo menos alguns dos 7 chegados a 6 de Dezembro de 1994, (4 são estudantes), todos eles fortemente motivados para completar a sua formação no mínimo tempo necessário, dado o carácter de combate político de que se revestiu a vinda para o exílio de quase todos, se proponha, **com carácter experimental**, um plano de formação intercalar entre a aprendizagem elementar da Língua Portuguesa (insuficiente para a prossecução de estudos superiores, que, como se fez notar, a esmagadora maioria frequentava quer em Timor Leste quer na Indonésia) e o ingresso normal no ensino superior português, ou, nalguns casos, se se vier a revelar mais apropriado, no ensino médio especializado.

I - OBJECTIVO E PLANO DE ESTUDOS

O objectivo pedagógico central, em torno do qual se devem estruturar os programas e as actividades de formação/avaliação, deverá ser a capacidade de tornar os

estudantes autónomos na sua relação com a instituição escolar e o respectivo sistema de ensino, evitando cuidadosamente 'apoios-muleta' que os jovens não possam dispensar sem insucesso formativo.

Dadas as 'aptidões opostas' atrás referidas entre os sistemas de ensino indonesio e português, nomeadamente quanto à aquisição de uma atitude passiva de aceitação de conteudos transmitidos pelo docente, característica do primeiro caso, em contraste com a aprendizagem questionadora que se procura incentivar no nosso sistema escolar desde o ensino básico, deverá dar-se prioridade absoluta, em termos de objectivos didacticos, a formas de aprendizagem e avaliação que estimulem as aptidões que lhes vão ser exigidas em Portugal mas partindo das que já adquiriram e desenvolveram, e conduzindo a momentos de auto-avaliação.

A experiência que agora se propõe, desenrolar-se-á em duas fases, correspondentes a situações diferentes dos participantes, e por isso, com características e objectivos pedagogico-didácticos distintos:

- a primeira, que deve decorrer entre o termo do curso de formação de Português elementar e o inicio do próximo ano lectivo; ou seja, se tudo correr bem, entre Abril ou Maio e Setembro de 1994;
- a segunda que vigorará em 1995/96, em paralelo com a frequência do primeiro ano lectivo no sistema educativo geral.

1ª Fase

Objectivos:

a) não permitir a **interrupção de ocupações** escolares entre a formação de Português e a integração na rede escolar, interrupção que tantas desistências tem ocasionado relativamente a grupos e indivíduos anteriormente chegados;

b) prosseguir na formação de Língua Portuguesa, com vista à sua utilização avançada no contexto do ensino superor, universitário ou politecnico;

c) proporcionar o entendimento da sociedade portuguesa, através da disciplina de Organização Política, Económica e Social de Portugal, nos moldes em que funcionou a mesma disciplina no curso de formação pré-profissional em curso na Associação 12 de Novembro. Em complemento (1 vez por semana): visita de estudo obrigatória a um equipamento cultural de Lisboa ou arredores; que podia ser guiada por um formador diferente[1];

d) proporcionar um elenco de matérias com vista à **apropriação dos conceitos**

elementares utilizados nos primeiros anos do ensino superior, politécnico ou universitário, em articulação com os conteúdos programáticos ministrados pelo sistema de ensino indonésio, bem como com o vocabulário científico básico dessas matérias, em português;

Como o grupo de jovens atrás referido se subdivide fundamentalmente em duas grandes áreas de especialização (preparação em cursos técnicos, sobretudo engenharias, e preparação em Direito, Ciências Políticas, Relações Internacionais e Economia), a que se junta um pequeno subgrupo com preparação na área da Saúde, funcionariam mais três disciplinas:

- Matemática - de que poderiam ser dispensados os estudantes de Direito, e Línguas, querendo-o,
- Inglês - para os estudantes de Ciências Humanas,
- Físico-Química para os estudantes dos cursos técnicos e da área de Saúde.
- Biologia, acoplado ou não à disciplina de Físico-Química, para os estudantes de Saúde.

A integração de Biologia é uma ideia a estudar, depois de uma definição mais rigorosa dos dossiers individuais dos candidatos, e se até lá houver hipóteses concretas de contar com informação suficiente sobre os currícula indonésios nesta área, e de entregar a elaboração do programa respectivo a pessoa competente na matéria.

e) reforçar a identidade cultural timorense, através de uma disciplina de Tétum escrito desenvolvido em torno de um tema central, que servirá para o aprofundamento da língua: a recolha de Histórias de Vida, que permitem simultaneamente ir acumulando materiais que em futuro próximo, poderão ser colocados à disposição de investigadores de diversas áreas, de História a Sociologia ou Prevenção de Saúde Mental.

f) resolver a questão das equivalências de habilitações escolares de cada um dos estudantes, o que é em si mesmo, um trabalho tão pesado que não pode ser pensado apenas no interior deste plano de formação. No contexto do grupo dos formandos, deverá ser elaborado um dossier individual de onde conste informação pormenorizada sobre as habilitações anteriores e o encaminhamento desejável dentro do sistema de ensino português, incluindo a indicação do estabelecimento de ensino mais apropriado. Para este objectivo está em constituição um grupo de trabalho 'ad hoc' que cruzará entrevistas, para apuramento da formação anteriormente obtida, com informação sobre as ofertas da rede de ensino portuguesa.

Num outro plano, é necessário propor ao governo a revisão dos condicionalismos legais em matéria do reconhecimento de equivalências a sistemas de ensino estrangeiros, de modo a contemplar a especificidade da situação dos estudantes timorenses, e, nomeadamente, de modo a rever os conteúdos programáticos da avaliação de conhecimentos de Lingua e Cultura Portuguesa, totalmente desfazados do proprio sistema educativo nacional, e que é actualmente exigido para ingresso nos dois ciclos do ensino secundario. Quanto ao ingresso directo em estabelecimentos de ensino superior, se esse problema parece poder ser contornado, é no entanto necessário todo um trabalho junto dos conselhos cientificos dos estabelecimentos de ensino a que os jovens se destinam, de modo a torná-los conscientes da natureza da questão - a formação de quadros superiores timorenses - e a ultrapassar atitudes corporativistas que, em matéria de reconhecimento de equivalências, tantas vezes sobrelevam a objectivos de formação e de licenciamento de diplomados.

2ª Fase

Objectivos:

a) proporcionar um acompanhamento de tipo tutorial aos estudantes integrados no 1º ano do sistema educativo geral, possivelmente através do modelo "sala de estudos" proporcionado pela ONG Oikos aos estudantes que chegam de países africanos para ingressar no ensino universitário português.

Os universitários e pré-universitários timorenses seriam acompanhados por professores de diferentes cadeiras, que os auxiliariam a esclarecer as duvidas com que se confrontam no estabelecimento de ensino, e, sobretudo, a encontrar e organizar os meios de pesquisa pessoal para o esclarecimento dessas mesmas dúvidas.

[A estudar pela Ana Nunes]

b) aprofundar o conhecimento do meio envolvente, necessário a um melhor enquadramento do sistema educativo em que estão integrados, e do complexo historico-geografico em que passaram a viver, através de uma disciplina de Espaço - Tempo (1h30m. semanal), semelhante à experiência francesa para estudantes estrangeiros, na qual seriam ministrados conhecimentos elementares de História, Geografia, Economia e Sistemas Politico-Sociais europeus, ou melhor, euro-ocidentais.

c)[2] [só se houver capacidade para tal] **reforçar a identidade cultural timorense**, através de um seminário sobre História de Timor, com base em comunicações apresentadas pelos alunos (1 sessão mensal), com orientação de um investigador em História de Timor, inspirado no modelo de curso livre da Universidade do Porto no Porto, Coimbra e Lisboa, definido pelo organizador das VI Jornadas, nomeadamente no que se refere ao enquadramento do tema na História do Sudoeste Asiático, e numa perspectiva de

História-Mundo comparada.

Pelas suas características, este seminário deveria ter inscrições próprias, e ser aberto a outros estudantes exteriores aos utentes do Plano de Formação Intercalar, mas funcionando com um número restrito de inscritos, fortemente motivados para o estudo da História de Timor.

II - INSTALAÇÕES

Vai-se procurar um local dentro da área de Lisboa, da zona ribeirinha de preferência, de modo a possibilitar os contactos com os formandos da Associação 12 de Novembro, dada a proximidade da residência escolar onde a maior parte ficará alojada, e o acesso fácil a um grande numero de equipamentos culturais da cidade (museus, bibliotecas, e nomeadamente o Espaço Por Timor, etc.,)

Hipóteses

sugerida na reunião de 20. Dez: .....Casa Pia]a sondar pelo Jean Pierre/ Paz é Possível em TL]

outra (admitida pelo Pe Ponces de Carvalho) Residência escolar de São Sebastião da Pedreira. A ideia ocorreu-lhe quando lhe falámos neste projecto, mas sem nada de concreto. Era preciso 'atacar' depressa; trata-se de uma residência escolar, completamente equipada, dependente da DREL, que está fechada por falta de utilizadores.

Hipóteses já excluídas: Assoc. 12 de Novembro e Cidac: por falta de espaço disponível

III - APOIOS

a) Recursos Humanos - é nesta área que as ONG's dispõem, ou têm acesso, a um conjunto de formadores já com alguma experiência de Educação para a Integração, que conviria fortemente potenciar. É no entanto necessário ter presente que tais disponibilidades por motivos óbvios, nem sempre são isentas de contra-partidas financeiras, que permitam aos formadores dispensar outros compromissos profissionais necessários à sua subsistência.

Na medida do possível, deverão integrar-se sempre formadores timorenses, ou que tenham experiência de formação de timorenses.

b) Infra-Estruturas Culturais de Apoio - deverão estudar-se as possibilidades de utilização de fundos bibliográficos e audio-visuais acessíveis a outros utilizadores, nomeadamente de acordo com o Pelouro da Cultura da C.M.Lxª, quer para o reforço da biblioteca Espaço Por Timor, quer de outras bibliotecas municipais da cidade,

ou de centros de documentação especializados, como o do Cidac, ou o Centro de Documentação e Divulgação da Cultura de Timor.

Outra tentativa de natureza semelhante poderia ser feita por acordo com uma ou duas Escolas Secundárias, cujas bibliotecas pudessem ser acessíveis a mais utilizadores (ex: Passos Manuel, Patrício Prazeres, Pedro Nunes)

c) Financiamentos (sugestões)

- para a 1ª fase: apoio do bispo de Setúbal - se indispensável, e para despesas de arranque (não poderá ser para muito mais); propor ao Programa Entre Culturas do M.Educação, através de reforço da dotação orçamental.

- para a 2ª fase, objectivos a) e b) - Programa Entre Culturas do M.Educação, através de reforço da dotação orçamental.

Estudar que apoios financeiros/institucionais se poderiam obter através dos Programas Europeus, e das IPSS[3].

- para a 2ª fase, objectivo c) - poder-se-ia tentar um financiamento específico do Instituto Português para a Cooperação (MNE)?

IV - POLÍTICA SOCIAL

Como já se tem dito em outras ocasiões, é indispensável não dissociar algumas medidas de reforço das condições de vida dos jovens que querem desenvolver os seus estudos.

Pensando este plano em articulação com os apoios já existentes (ou que neste momento damos por adquiridos, vistos os sinais favoráveis provenientes do M.E.) parece necessário centrar os apoios materiais aos formandos na 1ª fase; do seguinte modo:

1ª fase:

- passe social de transportes - caso não exista por outro meio
- senhas para almoço
- crédito para aquisição de livros e material de estudo (10.000$00 por pessoa)
- livre-trânsito para equipamentos culturais
- crédito telefónico (cartões magnéticos)

2ª fase:

- crédito para aquisição de livros - supletivo[4]
- livre trânsito para acesso a equipamentos culturais
- crédito para fotocópias

[1] como por ex. a dupla Teresa Chaves - Alda Matos

[2] Ideia muito pouco elaborada: talvez se pudessem contactar a Teresa Chaves e Alda Matos, investigadoras em História de Timor, e professoras do Ensino Secundário interessadas em alargar o círculo de estudos, bem como envolver o Centro de Divulgação da Cultura de Timor

[3] recorrendo-se para estas às eventuais 'cunhas' dos bispos de Setúbal e Lisboa/d. Januário Torgal Ferreira

[4] ver Linhas de Base para um Programa de Formação de Quadros Superiores Timorenses